

## Considerações finais

Antonio Ianni Segatto

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SEGATTO, AI. Considerações finais. In: *Wittgenstein e o problema da harmonia entre pensamento e realidade* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, pp. 175-183. ISBN 978-85-68334-62-1. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso trilhado ao longo dos capítulos nos mostrou que, mesmo depois do abandono do projeto do *Tractatus*, Wittgenstein ainda considera filosoficamente legítima a questão da harmonia entre pensamento e realidade. Isso, porém, desde que ela seja posta em outros termos. A vinculação entre pensamento e linguagem, de um lado, e realidade, de outro, é reconsiderada nos textos que comentam as noções normalmente agrupadas sob o tema da intencionalidade. Vimos que essa vinculação deixa de ser pensada como produto de uma harmonia entre a estrutura essencial da linguagem e do pensamento e a estrutura essencial da realidade, para a qual concorre o ato de um sujeito transcendental. Wittgenstein passa a considerar a harmonia como nada mais do que a equivalência gramatical entre, por exemplo, a expressão de uma expectativa e descrição do fato que a cumpre. A relação entre a expectativa e o que se espera é interna. Também é interna, aliás, a relação entre a regra e a aplicação correta. O sentido da regra determina o que conta como uma aplicação correta da regra. No entanto, isso é apenas metade do problema. Vimos também que, ao lado de uma dimensão determinante, é preciso reconhecer uma dimensão reflexionante na relação entre os casos de aplicação correta e a instituição daquele sentido. Em seus últimos escritos, reunidos no volume intitulado

*Sobre a certeza*, Wittgenstein radicaliza e ressalta outros aspectos dessa dimensão reflexionante presente em nossas práticas de aplicar conceitos e regras. Leiamos um bloco pequeno, mas exemplar, de seções:

Quando Moore diz que *sabe* isso e aquilo, na verdade enumera proposições empíricas que afirmamos sem uma confirmação especial da experiência, proposições que têm um papel lógico específico no sistema de nossas proposições empíricas.

Mesmo que o homem mais digno de confiança me assegure *saber* que isso é assim e assado, apenas isso não pode me convencer de que ele sabe. Apenas que ele acredita saber. Por isso, a certificação de que Moore sabe... não pode os interessar. As proposições que Moore enumera como exemplos de tais verdades sabidas são, porém, interessantes. Não porque alguém saiba que são verdadeiras ou porque acredite sabê-las, mas porque todas elas têm um papel *semelhante* em nosso sistema de juízos empíricos. (ÜG §§136-7)

A menção às proposições de Moore na primeira seção desse trecho retoma um dos propósitos nesses últimos escritos de Wittgenstein: mostrar que a defesa de Moore do senso comum é desprovida de sentido, tanto quanto o é a dúvida cética. Wittgenstein evidencia que o projeto de Moore não apenas se opõe à linguagem ordinária, mas à própria lógica de nossos jogos de linguagem. Mais do que isso, a falta de sentido que ele atribui à posição cética se reverte na falta de sentido de sua própria posição. Moore não percebe que se coloca no mesmo terreno do cético: as razões pelas quais a dúvida cética é destituída de sentido são exatamente as mesmas razões pelas quais sua afirmação de que sabe isso e aquilo é destituída de sentido.<sup>1</sup> Na lista de proposições indubitáveis que oferece no início de “Defesa do senso comum”, Moore inclui a proposição “a Terra existiu por muitos anos antes que meu corpo nascesse” (Moore, 1959, p.33). Para que pudesse afirmar que *sabe* que a Terra existiu

---

1 Cf. Marrou (2005, p.283).

por muitos anos antes de seu nascimento, seria necessário não apenas que não duvidasse da verdade de tal proposição, mas também que fosse possível duvidar disso. Ora, nesse caso a possibilidade de uma tal dúvida é bloqueada, conseqüentemente a afirmação da certeza é destituída de sentido. O que torna as proposições de Moore interessantes aos olhos de Wittgenstein é o estatuto peculiar que têm. A impossibilidade da dúvida nesse caso é de ordem lógica, e não empírica. Trata-se de proposições, que embora tenham a forma de proposições empíricas, são na verdade proposições gramaticais, às quais não chegamos nem por confirmação da experiência, nem por qualquer tipo de investigação:

Não chegamos a nenhuma delas, por exemplo, por meio de uma investigação.

Há, por exemplo, investigações históricas e investigações acerca da estrutura e também (acerca) da idade da Terra, mas não sobre se a Terra existiu nos últimos 100 anos. Evidentemente muitos de nós ouviram relatos, tiveram notícia de seus pais e avós sobre esse espaço de tempo; mas não podem ter se enganado? – “Absurdo”, dir-se-á, “Como podem todos esses homens se enganar!”. Mas isso é um argumento? Não é isso a rejeição de uma ideia? E talvez a determinação de um conceito? Pois ao falar de um possível engano aqui, o papel do “erro” e da “verdade” em nossas vidas muda. (ÜG §§138)

Dizer que “A Terra existiu nos últimos 110 anos” não pode ser objeto de uma investigação, pois não é algo que esteja sujeito à confirmação ou falsificação pelo tribunal da experiência. Mas a certeza associada a essa proposição não deriva de algum consenso estatístico, isto é, sua certeza não se deve ao fato de que todos nós acreditamos saber, por exemplo, que a Terra existiu nos últimos 110 anos. Essa proposição integra o que Wittgenstein chama de “imagem de mundo”, o “pano de fundo herdado a partir do qual distingo entre verdadeiro e falso” (ÜG §94) ou, como diz em outro contexto, “o fundamento evidente” da investigação (ÜG §167). E isso significa tanto que não questionamos essa base de nosso agir

quando tentamos apreender o mundo, quanto que sua evidência sequer deixa aberta a possibilidade da dúvida.<sup>2</sup> Embora Wittgenstein não ofereça nenhuma caracterização direta do que seja uma “imagem de mundo”, talvez se possa dizer que ela é

aquele amálgama de pseudoproposições cristalizadas na base de um jogo de linguagem que, ao mesmo tempo, precede a alternativa entre o verdadeiro e o falso e abre o espaço para seu advento ou, numa palavra, o plano onde circulam e se entrecrocavam os conceitos. (Prado Jr., 2004, p.157)

A fim de clarificar essa noção, Wittgenstein propõe uma aproximação com o papel das regras de um jogo e, em seguida, acrescenta: “pode-se aprender o jogo de modo puramente prático, sem regras explícitas” (ÜG §95). Disso podemos tirar duas conclusões. Por um lado, notamos que a falta de uma caracterização direta da “imagem de mundo” não é casual, pois se trata do pano de fundo que herdamos sem que precisemos tematizá-lo. Por outro lado, notamos que as normas que institui e de que se compõe não precisam ser formuladas: é possível aprendê-las na prática de sua aplicação. Essa menção à prática, aliás, nos remete às seções que compõem nosso fio condutor:

A fim de estabelecer uma prática, não bastam regras, precisamos também de exemplos. Nossas regras deixam abertas portas de trás, e a prática deve falar por si mesma.

Nós aprendemos a prática de fazer juízos empíricos não ao aprender regras; são-nos apresentados *juízos* e sua ligação com outros juízos. *Uma totalidade* de juízos torna-se plausível a nós. (ÜG §§139-140)

Embora dissesse na passagem citada acima que se pode aprender o jogo sem regras explícitas, Wittgenstein parece ir mais longe aqui: os exemplos são necessários para fechar as possíveis lacunas na apli-

---

2 Cf. Schulte (1990, p.114).

cação das regras. Isso não significa que uma regra não determine o que é uma aplicação correta (não voltamos ao paradoxo céptico), mas que, embora uma formulação de regra qualquer possa, em princípio, ser interpretada de diferentes maneiras, há uma apreensão da regra que se manifesta em cada caso de aplicação (cf. PU §201). À luz do que dissemos, trata-se da dimensão reflexionante, segundo a qual o procedimento reiterado e regular de aplicação da regra é que institui o que a regra quer dizer. Nas seções 139-140 de *Sobre a certeza*, o alvo de Wittgenstein é a “ideia corrente segundo a qual o aprendizado do juízo deveria passar por exemplos *apenas* para nos permitir elaborar um conhecimento geral. A crítica por Wittgenstein da desvalorização da exemplaridade do exemplo visa a imagem clássica da subsunção”.<sup>3</sup> Nos termos que colocamos a questão, é preciso reconhecer, ao lado da dimensão determinante, responsável pela subsunção do caso sob a regra, a dimensão reflexionante, que vai dos casos particulares à instituição da regra. Há, porém, ao menos uma novidade no *Sobre a certeza*: nosso contato não é apenas com juízos, mas com juízos e sua ligação, e isso nos põe diante de uma totalidade de juízos. Não se trata apenas do caso e da regra, mas de uma totalidade de juízos que compõem uma “imagem de mundo”. Na continuação do nosso bloco de seções, Wittgenstein chama a totalidade de juízos de “sistema”:

Quando começamos a *acreditar* em algo, não acreditamos em uma única proposição, mas em todo um sistema de proposições. (Faz-se gradualmente luz sobre o todo).

Não são axiomas individuais que me parecem evidentes, mas um sistema, no qual as consequências e premissas se apoiam *mutuamente*. (ÜG §§141-2)

Na seção 126, Wittgenstein parece ir contra aquilo que lemos nessa passagem, ao dizer que “(Minhas) dúvidas formam um sistema” (ÜG §126). Ora, é um sistema de “axiomas” ou um sistema de

---

3 Cf. Marrou (2008, p.123) e Narboux (2001).

dúvidas que está associado à nossa “imagem de mundo”? Esse aparente conflito se desfaz se lembrarmos que uma das ideias-guia do *Sobre a certeza* é a de que “o próprio jogo da dúvida já pressupõe a certeza” (ÜG § 115). Traduzindo a ideia nos termos acima, diríamos, pois, que o sistema de dúvidas já pressupõe o sistema de “axiomas” ou certezas. Segundo Jean-Philippe Narboux, assim como Kant mostra na terceira *Crítica* que nosso pensamento não poderia ter uma apreensão sistemática do mundo sem uma “*técnica da natureza* quanto a suas leis *particulares*”, que procede segundo “o princípio universal de uma ordenação final da natureza em um sistema” (Kant, 1990, p.11 e 20), Wittgenstein observa que os juízos que servem de pontos fixos devem sua obviedade ao fato de que participam de uma totalidade, isto é, eles não são intrinsecamente óbvios, mas é aquilo que está em volta deles, aquilo que constitui o sistema de juízos, que os mantém fixos.<sup>4</sup> Em *Sobre a certeza*, Wittgenstein se voltaria não a uma harmonia intencional, mas a uma harmonia final, repetindo mais ou menos o movimento que vai da primeira à última *Crítica* kantiana. Segundo o autor,

compreender a harmonia (no sentido do *Tractatus*) entre a forma do pensamento e aquela do mundo é compreender que o problema da finalidade não pode sequer ser formulado, uma vez que aplicar a lógica ao mundo é *ou bem a priori possível ou bem totalmente impossível*. (Narboux, 2009, p.289)

Se no *Tractatus* não havia surpresas na lógica, pois ela “preenche o mundo” (TLP 5.61), no *Sobre a certeza* não há surpresas, pois a lógica não suporta qualquer contrafinalidade. “Basta aceitar a ideia vaga (e *essencialmente vaga e indeterminada*) da regularidade da natureza” (Prado Jr., 2004, p.3).

Na seção 411, Wittgenstein retoma o exemplo acerca da existência da Terra e esclarece de que modo essa certeza se integra em nosso sistema de juízos:

---

4 Cf. Narboux (2009, p.288).

Se eu disser “*Nós supomos* que a Terra já existia há muitos anos” (ou coisa parecida), evidentemente soa estranho que *suponhamos* algo assim. Mas na totalidade do sistema de nossos jogos de linguagem isso pertence ao fundamento. A suposição, pode-se dizer, forma o fundamento do agir e, naturalmente, também do pensar. (ÜG §411)

A impressão que se tem na leitura dessa passagem é a de que na base do nosso agir há um conjunto de certezas que compõe um sistema de nossos jogos de linguagem. A justaposição dessa seção à seção 204 parece, no entanto, gerar um conflito, pois ali Wittgenstein dizia que “o nosso *agir*, que está na base do jogo de linguagem” (ÜG §204). Ora, tal conjunto de certezas constitui a base de nosso agir ou, ao contrário, é o nosso agir que está na base de nossos jogos de linguagem? O aparente conflito, mais uma vez, se desfaz se reolocarmos em outros termos aquele círculo virtuoso a que nos referimos nos capítulos anteriores. Por um lado, nosso agir está na base de nosso sistema de certezas, na medida em que é a partir deste agir que tal sistema se constitui; por outro lado, uma vez constituído esse sistema, agimos sem questionarmos as certezas.<sup>5</sup> Na seção 148, Wittgenstein escreve: “Porque não me asseguro de que ainda tenho dois pés quando quero me levantar da cadeira? Não há porquê. Eu

---

5 Como observa Christiane Chauviré, “certas regularidades se estabilizam e acabam por se endurecer em normas e regular o comportamento. Há igualmente uma ancoragem da regra na simples regularidade natural: nós não saberíamos, sustenta Wittgenstein, instaurar regras se já não houvesse regularidades na natureza, assim como certos ‘fatos muito gerais da natureza’: a regra pressupõe a regularidade natural, uma regra é escolhida porque as coisas se comportam sempre de uma determinada maneira” (Chauviré, 2004, p.33). Em outra passagem, ela nota que essa regularidade natural inclui o modo de agir no mundo: “Mas a constância dos objetos e as regularidades naturais não bastam, é preciso, além disso, certas características biológicas e antropológicas no pano de fundo de nossas práticas normativas; não apenas reações naturais e sua recorrência, mas regularidades em nossos comportamentos, rotinas integradas muito cedo e, sem dúvida, o que Peirce chamava de capacidade de contrair hábitos” (Ibid., p.83). Cf. também Narboux (2006).



não o faço. É assim que ajo” (ÜG §148). Não por acaso, Wittgenstein toma para si o belo verso de Goethe: “No princípio era o ato”. E o termo “princípio” deve ser entendido tanto no sentido da anterioridade do agir sobre nossas formas de representação do mundo, quanto no sentido de que o agir é o fim da cadeia de justificações ou fundamentações. O primeiro sentido é explicitado por Wittgenstein na seguinte passagem do fragmento intitulado “Causa e efeito: apreensão intuitiva”:

A origem e a forma primitiva do jogo de linguagem é uma reação; apenas a partir dela podem surgir formas mais complexas.

A linguagem – quero dizer – é um refinamento, “no princípio era o ato”. (VB, p.493; PO, p.394; MS 119, p.147)

O segundo sentido já era enfatizado na seção 204 do *Sobre a certeza*, em que se dizia:

Mas a fundamentação, a justificação da evidência tem um fim; – o fim, porém, não é que certas proposições imediatamente nos pareçam verdadeiras, logo, uma espécie de *ver* de nossa parte, mas é o nosso *agir*, que está na base do jogo de linguagem. (ÜG §204)

Mas se o agir é o fim da cadeia de justificações, sobre isso não cabe pedir nenhuma justificação ou explicação.

Retomando os termos do último capítulo, uma regra não é um “algo” que deve ser primeiramente apreendido e em seguida aplicado aos seus casos particulares, isto é, uma regra não se constitui independentemente de seus casos de aplicação. Do mesmo modo, nossas formas de representação do mundo, nossas “imagens de mundo”, não se constituem independentemente de nosso agir no mundo. Ao contrário, elas se constituem nesse próprio agir. Isso significa que não há um ponto de vista privilegiado que permitisse contemplar nossas perspectivas representativas sobre o mundo e descrevê-las. A constatação de que estamos confinados às nossas perspectivas representativas não equivale, porém, à adoção de alguma forma de

relativismo. Aceitar a dimensão humana das regras, formas de representação do mundo etc. não é cair no relativismo. Isso é reconhecer a nossa humanidade. Devemos reconhecer que somos todos perspectivistas, gostemos ou não. Quem pretende negar isso e afirmar que nossas formas de representação são sempre relativas, negou sua própria humanidade e ocupou algum patamar extramundano. Essa lição é um dos legados de Wittgenstein à filosofia contemporânea.